

# A AMIZADE NOS LIMITES DA SIMPLES MORAL: a concepção kantiana de amizade em relação à humanidade

Jean-Christophe Merle\*

**RESUMO** – A concepção kantiana de amizade representa um momento decisivo na história das teorias da amizade. Contra os atuais intérpretes de Kant, neste artigo tenta-se mostrar que Kant abandona a concepção tradicional de amizade como uma relação dentro de um grupo limitado de pessoas. Ao invés disso, Kant privilegia a concepção de amizade num grupo aberto, e o seu ideal é a amizade em relação a toda a humanidade. Para mostrar isso, é preciso diferenciar acuradamente os elementos psicológicos da amizade, que Kant assume das teorias de amizade anteriores e simplesmente desenvolve, dos elementos genuinamente morais da amizade, de cujo tratamento Kant é o pioneiro.

**PALAVRAS-CHAVE** – Kant, amizade, ética.

**ABSTRACT** – Kant's conception of friendship represents a decisive turn in the history of the theories of friendship. This essay attempts to show, against current interpreters of Kant, that he rejects the traditional conception of friendship, understood as a relationship inside of a restricted group of persons. He rather favors a conception of friendship in an open group, and his ideal of friendship is the friendship to humankind as a whole. In order to demonstrate this, it is necessary to distinguish carefully the psychological aspects of friendship, which Kant accepts from traditional theories of friendship and simply develops, from the genuine moral aspects of it, of whose treatment Kant is the pioneer.

**KEY WORDS** – Kant, friendship, ethics.

Segundo Allen W. Wood, “a amizade é um tema importante tanto na ética como na antropologia kantiana” (Wood 1999, 275). No entanto, minha opinião diverge da de Wood a esse respeito, pois considero que a concepção kantiana da amizade é apenas uma aplicação da ética do filósofo de Königsberg; concordo, no entanto, com Wood, ao afirmar que a concepção kantiana de amizade constitui um momento decisivo da filosofia da amizade. Uma

\* Leciona na Universidade de Saabrücken (Alemanha). Traduzido do francês por Draiton Gonzaga de Souza. Utilizar-se-á TL para designar a *Tugendlehre*.

concepção de amizade como relação entre um grupo limitado de pessoas é substituída por Kant por uma noção de amizade como modo de agir em relação a um grupo aberto, idealmente em relação ao gênero humano em seu conjunto. Entretanto, esse modelo de “*amigo dos seres humanos em geral*” (2003: 315; *TL*, VI 472) não é levado em consideração pela maior parte dos intérpretes de Kant.

## 1. Os problemas psicológicos postos pela amizade

Kant define, inicialmente, a amizade como “a união de duas pessoas através de iguais amor e respeito mútuos” (2003: 312, *TL*, VI 469). Ele complementa, em seguida, essa definição com a necessidade de uma “*equalização*” entre o amor e o respeito (2003: 313; *TL*, VI 469).

Se Wolff já dera essa definição, a originalidade de Kant é de ligar a perda da amizade ao próprio exercício da amizade, à benevolência em relação ao amigo. O argumento de Kant que sustenta essa conexão baseia-se nas seguintes teses: (1) A amizade exige (1.1) uma reciprocidade e uma *igualdade* no amor, a saber, na benevolência, entre os dois amigos, assim (1.2) como uma *igualdade* entre eles no respeito. (2) A amizade exige uma *igualdade* entre o amor, ou benevolência, em relação ao amigo, de um lado, e o respeito a ele, por outro lado. A amizade é, pois, concebida por Kant como uma *tríplice igualdade*. (3) O exercício da benevolência constitui-se num fardo. Da tese (3) decorre a tese (4): o exercício da benevolência reveste o amigo benevolente de um mérito moral, que reivindica o respeito da parte do amigo beneficiado pela benevolência. (5) Aquele que se beneficia da benevolência de seu amigo não tem mérito moral, enquanto que seu benfeitor o tem, de sorte que o exercício da benevolência destrói a igualdade no que concerne ao respeito.

Ora, as teses desse argumento são completamente amorais, senão até imorais, e sua conclusão, que é a impossibilidade de tal amizade, não expõe a impossibilidade *moral* de tal amizade, mas apenas sua impossibilidade *psicológica*.

A *primeira igualdade*, a da benevolência, pode concernir seja à máxima das ações do amigo, seja às suas próprias ações, ou, mais precisamente, ao resultado de sua ação. De fato, Kant fala dos dois: de uma parte, de um “*máximo da boa disposição mútua*” (2003: 312; *TL*, VI 469); de outra parte, de uma “*ajuda que cada um possa contar do outro*” (2003: 314; *TL*, VI 471). Ora, as duas igualdades nem sempre se entrecruzam. Pode acontecer que eu, embora meu amigo e eu sejamos igualmente benévolos um em relação ao outro, devido à minha situação precária, não esteja em condições de ajudá-lo, enquanto ele, por sua vez, pode resolver os meus problemas. Nesse caso,

a igualdade dos dois amigos existe no tocante à sua máxima, mas não a igualdade nos benefícios prestados. Ora, segundo a *Fundamentação da metafísica dos costumes*, apenas a máxima da vontade pode ser boa. A *Doutrina da virtude* precisa: "Mas inclusive a mera benevolência cordial, separadamente de qualquer ato tal como esse (de beneficência), já é uma base de obrigação para a gratidão" (2003: 299; *TL*, VI 455). Ora, o que gera as "dificuldades" da amizade, de que Kant trata, não é a máxima, mas os benefícios prestados, desprovidos de valor moral em si mesmos.

A *segunda igualdade*, a igualdade no respeito, pode ser considerada de modo similar. Como o observa Marcia Baron, o respeito em relação ao amigo pode ser o respeito em relação ao ser racional nele, respeito devido a todos os seres humanos, isto é, o respeito que provém do valor moral particular do amigo (Baron 2002, 397). O respeito na primeira acepção do termo deve existir em relação a todos, amigos ou inimigos. Se a exigência de igualdade diz respeito à segunda acepção do termo, ela significa que, se um dos dois amigos adquire maior mérito moral do que o outro, por haver operado mais benefícios do que aquele, este deveria deixar de ser amigo daquele. Ora, isso seria contrário à moral por várias razões. Primeiramente, porque os benefícios realizados não são um critério do mérito moral. Em segundo lugar, o problema psicológico posto pela amizade não concerne à diferença de mérito moral *em geral*, mas apenas à diferença no que concerne ao mérito moral resultante dos benefícios *de um dos dois amigos*. Kant escreve: "Mas se um deles aceita um favor do outro, então pode muito bem ser capaz de contar com a igualdade no amor, mas não no respeito, pois vê obviamente a si mesmo num degrau abaixo no estar submetido à obrigação, sem ser capaz, por sua vez, de impor obrigação" (2003: 314; *TL*, VI 471). Kant reconhece certamente um dever de "reconhecimento", no sentido de "gratidão", que ele caracteriza do seguinte modo: "A *gratidão* consiste em *honrar* uma pessoa devido a um benefício que ela nos concedeu. O sentimento ligado a este julgamento é o respeito pelo benfeitor (quem submete alguém à obrigação), ao passo que o benfeitor é visto apenas numa relação de amor relativamente ao receptor" (2003: 298; *TL*, VI, 454-455). Decorre, em todo caso, dessa fórmula que o "reconhecimento" é um "julgamento" e um "sentimento", e não uma máxima para a ação, contrariamente à benevolência, de modo que todo risco de colisão entre o dever de "reconhecimento" e o dever de benevolência está excluído. Portanto, a *terceira igualdade*, entre a benevolência de um e o respeito do outro, está assegurada.

E como fica a *segunda igualdade*? Em que sentido a desigualdade de mérito moral constitui um problema *moral* que impede a amizade? Deve-se observar inicialmente que apenas as ações realizadas por dever, e não simplesmente as conforme o dever, conferem a seu autor um mérito moral, e que, segundo a *Fundamentação*, ninguém jamais sabe seguramente que uma

ação tenha sido realizada por dever, visto não ser possível distinguir na experiência quais são as ações simplesmente conforme o dever e as por dever. Kant mesmo menciona um outro motivo distinto do de dever, quando evoca o risco de que a desigualdade de mérito moral resulte do orgulho (2003: 315; *TL*, VI 473). Poder-se-ia muito bem imaginar um orgulho que não siga à ação conforme o dever, mas que a preceda. Kant supõe implicitamente a existência de tal motivo, quando faz do reconhecimento, não apenas um dever, mas um “dever *sagrado*, isto é, um dever cuja transgressão (na qualidade de um exemplo escandaloso) é capaz de destruir o estímulo moral à beneficência em seu próprio princípio” (2003: 298; *TL*, VI 455). Embora, na concepção kantiana da moral, a benevolência seja um dever que não está condicionado pela gratidão de seu beneficiário, a gratidão é aqui considerada sob o aspecto de sua influência sobre a persistência da ação benfeitora. Essa supõe que, ao menos em certos casos, a ação benfeitora não foi realizada por dever, mas unicamente em conformidade com o dever (por exemplo, com a intenção de obter a gratidão dos outros), o que lhe subtrai todo mérito moral. Além disso, mesmo que fosse possível distinguir o mérito moral dos benefícios realizados, por que a desigualdade de mérito moral deveria constituir um problema, e não antes suscitar, no amigo beneficiário, um respeito que o motivaria a realizar, por sua vez, um ato de benevolência?

Kant parece responder negativamente: “Mas não se pode, mediante qualquer retribuição de uma bondade recebida, livrar-se da obrigação por ela, uma vez que o recebedor jamais pode retirar do benfeitor sua *prioridade de mérito*, a saber, o fato de ter sido o primeiro em benevolência” (2003: 299; *TL*, VI 455). Observemos que Kant fala apenas da retribuição do benefício, que, à diferença da máxima, não é moral.

Procurar-se-á em vão o resquício da máxima moral nas seguintes relações da amizade que Kant descreve para explicar a seguinte regra: “mesmo os melhores amigos não deveriam se tornar demasiado familiares entre si, contém uma máxima que vale, não apenas para o superior em relação ao inferior, como também o contrário, pois o superior, antes de compreendê-lo, sente seu orgulho ferido e pode desejar que o respeito do inferior seja colocado momentaneamente de lado, mas não suprimido. Mas, uma vez violado o respeito, sua presença interior é irreparavelmente perdida, ainda que as marcas externas dele (maneiras) sejam trazidas de volta a seu curso interior (2003: 313; *TL*, VI 470).

Essa combinação de amor de si e de benevolência é considerada, na *Doutrina da virtude*, como, ao mesmo tempo, psicologicamente inviável e imoral: “Como se aspira a um amigo, quando se está na necessidade (...)! Mas, de qualquer modo, é igualmente um pesado fardo sentir-se acorrentado à sorte de uma outra pessoa e encarregado de suas necessidades. Conseqüentemente, a amizade não pode ser uma união que colime a vantagem

mútua" (2003: 314-315; *TL*, VI 470). Kant prossegue afirmando a imoralidade de uma amizade visando uma troca de vantagens mútuas, dizendo que ela deve ser "uma união puramente moral, e a ajuda (...) não deve ser encarada como o fim e fundamento determinante da amizade (...) mas somente como a manifestação exteriorizada de uma sincera benevolência interior, a qual não deveria ser submetida à prova, uma vez que isto é sempre perigoso" (2003: 314; *TL*, VI 471). Deve-se observar que concluir do problema psicológico posto pela amizade uma impossibilidade da amizade suporia uma premissa suplementar, que consiste em restringir o sentido da palavra "amizade" a uma amizade estável e duradoura, quase perpétua. Kant oferece uma definição não-descritiva, mas normativa da amizade: "Mas, de uma maneira ou outra, o amor na amizade não pode ser um afeto, pois a emoção é cega em sua escolha, e depois de algum tempo ela se eleva na fumaça" (2003: 314; *TL*, VI 470). O problema psicológico exposto acima não impede, portanto, a amizade – no sentido comum – de existir, como a constatamos cotidianamente, mas os fatores psicológicos da amizade que estão na base desse problema tornam a amizade amoral.

Uma solução alternativa apresenta-se, então, para tornar a amizade moral: desprover a amizade de toda troca de vantagens mútuas.

## 2. A amizade simplesmente moral como solução alternativa?

Nas *Preleções sobre Ética*, Kant distingue três tipos de amizade: a amizade de necessidade ou de confiança recíproca "para a satisfação de necessidades da existência" (PE 219; Ak. XXVII, 425), a amizade de gosto e a amizade de intenção. Na *Doutrina da virtude*, Kant estabelece apenas a distinção entre "a amizade moral" e "a amizade baseada na sensação"<sup>1</sup> (2003: 314; *TL*, VI 471), mas é claro que a amizade moral engloba a amizade de gosto e a de intenção (PE 221), visto que a amizade moral supõe um modo em comum na maneira de julgar. Poder-se-ia pensar que a amizade "baseada na sensação" deveria corresponder à amizade de necessidade. Mas esse não é o caso, uma vez que a amizade das necessidades está, desde o princípio, fundada sobre o fim que é a satisfação mútua das necessidades, enquanto a amizade "baseada na sensação" se baseia num sentimento. Kant distingue nitidamente "o ideal de cada um que participa e compartilha solidariamente do bem estar do outro", a saber a amizade em sua "perfeição" (2003: 312; *TL*, VI 469), que é realmente uma amizade, e uma "união que colime vantagem mútua", que não pode ser amizade (2003: 313-314; *TL*, VI 470).

---

<sup>1</sup> Essa amizade também pode ser designada como "amizade estética" (Nota do tradutor).

Quanto à amizade moral, ela se compõe de quatro elementos: a abertura mútua, a confiança mútua, o respeito mútuo e um acordo sobre “sua perspectiva geral das coisas” (2003: 315; *TL*, VI 472), “sobre o modo de avaliar as coisas” (*DV* VI, 472). Esse modo comum de avaliar as coisas é restringido normativamente, uma vez que Kant o opõe à “disposição vil, presente na maioria dos seres humanos” (2003: 315; *TL*, VI 472).

Kant menciona dois perigos que ameaçam a amizade moral: (1) “Todo ser humano tem seus segredos” e (2) “muitas pessoas são indiscretas ou incapazes de julgar e discernir entre o que pode e o que não pode ser repetido” (2003: 315; *TL*, VI 472). Contra esse perigo, uma qualidade é requerida: o entendimento. O amigo deve ter entendimento, “boas intenções”; “a estreita amizade requer que um amigo judicioso e no qual se confia esteja também obrigado a compartilhar os segredos a ele confiados a ninguém mais (2003: 315; *TL*, VI 472). “Esta (amizade meramente moral) não é simplesmente um ideal, mas (...) efetivamente existe aqui e ali em sua perfeição” (2003:315; *TL*, VI 472).

Observam-se aqui três elementos surpreendentes. *Primeiramente*, se se segue o *incipit* do §47 da *Doutrina da virtude*, a amizade moral seria, não apenas mais moral que a amizade estética, mas, das duas, ela seria a única a ser moral. Ora, se considerarmos o que precede isso, constataremos que é a amizade estética, e não a amizade moral, que se reveste de um atributo incontestável do mérito moral kantiano. Na *Fundamentação*, Kant diz que nada permite afirmar que uma ação tenha algum dia sido realizada por dever. A amizade estética apresenta a mesma característica que a ação realizada por dever: segundo Kant, ela constitui um simples ideal e não existe, a não ser de modo extremamente raro. *Em segundo lugar*, em oposição à amizade estética, “a amizade moral” não residiria na intenção, mas nas próprias ações. Algumas linhas da *Fundamentação* prefiguram esses dois primeiros pontos: “a razão por si mesma e independentemente de todos os fenômenos ordena o que deve acontecer; de forma que acções, de que o mundo até agora talvez não deu nenhum exemplo, de cuja possibilidade poderá duvidar até aquele que tudo funda na experiência, podem ser irremittentemente ordenadas pela razão: por exemplo, a pura lealdade na amizade não pode exigir-se menos de todo homem pelo facto de até agora talvez não ter existido nenhum amigo leal” (1995a: 41; *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten*, IV, 408).

*Em terceiro lugar*, o entendimento que deve ter o amigo não tem valor moral em Kant. Isso fica claro em *À paz perpétua*, onde Kant afirma que “o problema do estabelecimento do Estado, por mais áspero que soe, tem solução, inclusive para um povo de demônios (contanto que tenham entendimento)” (1995b: 146; *Zum ewigen Frieden*, VIII 366).

Se o entendimento não tem valor moral, em contrapartida ele pode perseguir, por motivos amorais, fins que a moral ordena realizar. O caso da ami-

zade “moral” é, nisso, similar ao da sociedade civil constituída pelo povo de demônios, à qual conduz “a insociável sociabilidade”: “o ser humano é um ser destinado a viver em sociedade (ainda que seja também um ser insociável) e, ao cultivar a condição social, experimenta intensamente a necessidade de *revelar-se* aos outros (...). Mas, por outro lado, confinado e acautelado por medo do abuso que outros podem fazer do desvelamento de suas idéias, ele se acha constrangido a bloquear em si mesmo uma boa parte de suas opiniões” (2003: 314-315; *TL*, VI 471).

O escrito kantiano sobre a *Pedagogia* confirma a conexão estabelecida entre amizade e sociabilidade: um “traço do caráter infantil deve ser a sociabilidade. A criança deve também manter relações de amizade com as demais e não se fechar no isolamento” (1999: 82; *Ak*. IX, 484). A amizade é dita “moral” num sentido teleológico, porque ela promove o fim da sociabilidade que é a comunicação, e que é necessária para o exercício da razão crítica e, por isso, também para o progresso do Iluminismo e para a deliberação racional. Além disso, a amizade tem um efeito cumulativo, uma vez que é “cultivando o estado de sociedade” que o homem “sente fortemente a necessidade de se abrir aos demais”. Portanto, é cultivando *uma* amizade que se sente a necessidade de cultivar a amizade *em geral*. É nesse sentido que as *Preleções sobre Ética* observam que “pela amizade, a virtude é cultivada em pequena escala” (*Ak*. XXVII, 255).

### 3. Um problema especificamente moral

Kant apresenta a amizade “baseada na sensação” e a amizade “moral” como dois tipos diferentes de amizade que não são compatíveis entre si, já porque a primeira não existe, e não pode ser confundida com a mera busca de vantagem mútua, enquanto que a segunda existe de fato e pode estar acompanhada pela vantagem mútua. Ora, pode-se perguntar se compartilhar com um amigo a mesma maneira de julgar não conduz a querer promover os fins que ele se propõe? Em caso afirmativo, então isso corresponde exatamente à definição kantiana de benevolência, que juntamente com o respeito mútuo é um dos elementos da “amizade estética”. Os objetos dessa maneira comum de julgar são “como ele [o amigo] pensa sobre os seres humanos, com os quais ele tem a ver, sobre o governo, a religião, etc.”, portanto, sobre questões práticas. Poder-se-ia, portanto, considerar a possibilidade de complementar a amizade “moral”, existente, com o simples ideal de uma amizade estética. Tal complemento, porém, é impossível, não por causa de problemas psicológicos que ela apresenta, mas devido a um problema moral. Após ter apresentado “a amizade (simplesmente) moral” (2003: 315; *TL*, VI 472), Kant escreve: “Mas aquela amizade ‘pragmática’, a qual sobrecarrega a si mesma com os fins alhei-

os, embora por amor, não pode possuir nem a pureza nem a competitividade que são requisitos para uma máxima precisamente determinante; trata-se de um ideal dos desejos de cada um, que desconhece limites em seu conceito racional, mas que tem que ser sempre muito limitado na experiência" (2003: 315; TL, VI 472). Seria um equívoco relacionar essa citação com a passagem acerca da "equalização (...) requerida pela amizade" (2003: 313; TL, VI 470), visto que Kant ressalta que ele fala da amizade "por amor", isto é, da "equalização" do amor e do respeito "requerida pela amizade" (2003: 313; TL, VI 470). Kant censura o amor ou benevolência por "importunar os fins dos outros homens", o que impede a "pureza" e a "perfeição" de uma máxima moral determinante. Ora, a definição de benevolência varia em Kant entre uma definição geral e uma definição minimalista. A definição minimalista se formula assim: "Ser benfeitor, isto é, auxiliar, segundo seus meios, outros homens em necessidade buscando a felicidade deles, sem nada esperar por isso" (2003: 296; TL, VI, 453). Mas a benevolência da amizade não se limita aos casos em que se está em necessidade, mas se estende à felicidade do amigo em geral (2003: 296; TL, VI 453), a qual depende da satisfação de sua vontade, a saber da realização de seus fins. Portanto, a benevolência depende, para a determinação do fim de suas ações, dos "fins dos outros homens". Ora, a ação realizada por dever é uma ação, na qual nenhum motivo sensível se mescla ao dever. Suponhamos, hipoteticamente, que exercêssemos nossa benevolência por dever. Tomaríamos, então, como fim a promoção dos fins dos outros homens. Mesmo que esses fins não contradissem o dever, mas lhe fossem conformes, não poderíamos nunca saber se nosso amigo estabeleceu esses fins por dever. Sobretudo, devo submeter cada um desses fins ao teste de universalização, visto que nada garante que meu amigo vise sempre fins que respeitem esse critério. Seus fins podem, por vezes, ser imorais. A benevolência em relação ao amigo só é moral, se não sucumbir na prova da universalização. Falta-lhe também "a pureza" exigida. Ela também não possui a "perfeição", pois a máxima de ser benévolo em relação ao amigo não define a ação que eu deveria realizar. Apenas tomando conhecimento dos fins do amigo, posso determinar minha ação. Ora, por esses fins serem suscetíveis de mudança a todo momento, não pode haver nenhuma máxima geral da benevolência que pudesse determinar minha ação. A amizade, tal como é definida no *incipit* do §46 da *Doutrina da virtude*, não é uma máxima moral, e essa impossibilidade resulta de um problema genuinamente moral.

#### 4. O amigo da humanidade

Mencionei acima a possibilidade de complementar a amizade "moral" existente pelo ideal de uma amizade estética. Na *Doutrina da virtude*, isso se



dá, mas ao preço de uma mudança radical na noção de amizade, que consiste, no fim da passagem, primeiramente, em substituir as “duas pessoas” do *incipit* pela humanidade em geral, e, em segundo lugar, em renunciar à reciprocidade como condição de existência da amizade.

As *Preleções sobre Ética* colocam a questão de saber “se é possível a um homem ser amigo de alguém” (XXVII, 224). Kant considera aí inicialmente uma objeção semântica: “mas ser amigo de alguém, isso não é possível, pois a amizade é uma relação particular, e aquele que é amigo de todos não tem amigo particular”. Kant responde, ao ampliar a definição: “de certos homens poder-se-ia dizer que são amigos de todos, se forem capazes de estabelecer amizade com cada um” (Ak. XXVII, 225). Na *Doutrina da virtude*, o problema moral decisivo contra a amizade no sentido usual é diretamente seguido de um parágrafo final sobre o amigo da humanidade em geral, no qual Kant explica por que a amizade em relação a todos os seres humanos escapa tanto ao problema moral como ao problema psicológico da amizade. Kant escreve: “A expressão ‘um amigo dos seres humanos’ (...) inclui (...) a representação e a consideração pela igualdade entre eles e, conseqüentemente, a idéia de que, ao submeter os outros à obrigação por meio de sua beneficência, ele próprio se acha obrigado, como se todos fossem irmãos sob a autoridade de um pai que quer a felicidade de todos – isto porque a relação de um protetor, na qualidade de benfeitor, com aquele que protege, o qual lhe deve gratidão, é efetivamente uma relação de amor mútuo, mas não de amizade, posto que o respeito a cada um deles devido não é igual. Considerar seriamente o dever de ser benevolente como amigo dos seres humanos (...) serve para proteger contra o orgulho que geralmente se apodera daqueles suficientemente felizes para ter os recursos para a benevolência (2003: 316; TL, VI 473).

O problema psicológico está resolvido: a tríplice igualdade está assegurada. A imagem do “pai universal que quer a felicidade de todos” representa a lei moral, à qual todos os seres humanos estão submetidos. O mérito moral de exercer a benevolência por dever e a obrigação de gratidão devida pelo beneficiário em razão da lei moral encontram seu correspondente no dever do benfeitor de obedecer à lei moral, que ordena, entre outras coisas, a benevolência. Na realidade, o beneficiário tem obrigação de gratidão, em primeiro lugar, à lei moral, e apenas em segundo lugar ao benfeitor. A igualdade diante da lei moral impede qualquer desigualdade entre a benevolência e o respeito. A segunda igualdade está, portanto, garantida. Como o dever ordena de maneira igual a benevolência e a gratidão, a igualdade entre respeito e benevolência, isto é, a terceira igualdade, também está realizada.

Enfim, o dever ordena a cada indivíduo uma benevolência igual que se oriente pelo critério moral que constitui o princípio de universalização, de sorte que cada um é tratado com a mesma benevolência universal, mesmo

que um dos dois amigos, em situação de necessidade, receba os benefícios do outro, sem que o befeitor receba coisa alguma em troca. Com efeito, o que conta é a máxima da benevolência, que resulta em ações muito diferentes segundo a situação. Christine Korsgaard coloca a reciprocidade no fundamento da concepção kantiana de amizade (cf. Korsgaard 1996, 189s.; Wood 1999, 278s.).

Ora, não apenas existem certos seres humanos que não respeitam a mesma máxima da benevolência em relação aos seus semelhantes, mas há ainda outros que não respondem à nossa máxima de benevolência com nenhuma máxima de benevolência, mas até com uma máxima de malevolência. Essas pessoas indiferentes ou malévolas são, também elas, os amigos dos “amigos do homem”, uma vez que o dever de benevolência é universal e geral (não apenas se dirige a todos, mas também deve ter como objeto todos os seres humanos). Em contrapartida, “os amigos do homem” não são amigos nem dessas pessoas malévolas, nem das indiferentes. Entretanto, a ausência de reciprocidade não consistirá num argumento contra a amizade em relação a todos os homens, visto não ser a reciprocidade um elemento da definição semântica de amizade. Sem nos referir à concepção kantiana de amigo de todos os homens, encontramos na amizade, definida fora da moral, certos casos em que uma pessoa A se diz amiga de uma pessoa B, enquanto B replica que A não é seu amigo. A ausência de reciprocidade também não implica uma impossibilidade de igualdade na amizade entre uma pessoa A, benevolente em relação a todos os seres humanos, e uma pessoa B, malevolente em relação a A. Com efeito, a pessoa A, amiga de todos os seres humanos, considera que B tem o *mesmo* dever de benevolência e de respeito que ela própria, mesmo que B não cumpra esse dever. Nesse sentido, a amizade da pessoa malévola B para com a pessoa benevolente A é ou inexistente, ou igual, mas ela jamais existe de maneira desigual. Objetar-se-á, entretanto, que se A é amigo de B no sentido em que ele é amigo de todos os homens, enquanto B é amigo de A no sentido da amizade “baseada na sensação” entre duas pessoas, então a amizade é desigual. Mas precisamente isso não acontece, pois a amizade “baseada na sensação” é uma união entre duas pessoas, e não uma amizade de uma pessoa para com uma outra qualquer nem para com o conjunto dos seres humanos. O amigo do conjunto dos seres humanos não é um amigo “estético” dos seres humanos em particular. Ele não acumula a amizade de todos os seres humanos com a amizade “baseada na sensação” para com um ou vários seres humanos em particular, mas ele, antes, rejeita essa amizade estética, que ele não considera como uma verdadeira amizade, como Kant o diz claramente: “a relação de um protetor, na qualidade de benfeitor, com aquele que protege, o qual lhe deve gratidão, é efetivamente uma relação de amor mútuo, mas não de amizade, posto que o respeito a cada um deles devido não é igual” (2003: 316; TL, VI 473). É para-

doxalmente porque ela não deve ser necessariamente recíproca, que a amizade em relação ao conjunto da humanidade não é uma amizade desigual. Além disso, o imperativo da benevolência em relação a todos os seres humanos responde à exigência de perenidade. Kant escreve, acerca da amizade, que se, como é o caso da amizade "baseada na sensação", "a amizade é algo tão delicado (...) que jamais se encontra, por um momento, segura contra as interrupções, se é permitido que se apóie em sentimentos e se este mútuo compartilhar e mútua auto-capitulação não forem submetidos a princípios ou regras preventivas na excessiva familiaridade e limitadoras do amor mútuo por exigências de respeito" (2003: 314; TL, VI 471)<sup>2</sup>. A amizade em relação à humanidade também não é vulnerável ao problema moral posto pela amizade "baseada na sensação", visto que a benevolência em relação a todos os homens não é o resultado do acúmulo de benevolências particulares em relação a homens particulares, mas a exigência de uma regra universal. Kant explica que "a razão de um dever de beneficência é esta: uma vez que nosso amor próprio é inseparável de nossa necessidade de sermos amados (ajudados em caso de necessidade) pelos outros também, tornamos a nós mesmos um fim para os outros; e a única forma de ser esta máxima obrigatória é através de sua qualificação como uma lei universal, daí através de nossa vontade também tornar os outros nossos fins. A felicidade dos outros é, portanto, um fim que é também um dever" (2003: 237; TL, VI 423; cf. também 1995a, 61; *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten*, IV, 423).

Essa definição compreende, inicialmente, a necessária sociabilidade dos seres humanos, que não podem atingir seus fins sem a cooperação de outros. Posteriormente, essa definição submete esse elemento antropológico a um princípio de universalização. Esse princípio não significa apenas que a cooperação deve ser universal, mas também que ela deve poder ser uma *lei* universal, o que notadamente impede que ela pudesse violar outros deveres (cf. Fasching 1998, 171). O dever de beneficência decorre diretamente da formulação do imperativo categórico da humanidade como fim em si, como o explica a *Fundamentação*: "Ora, é verdade que a humanidade poderia subsistir se ninguém contribuísse para a felicidade dos outros, contanto que também lhes não subtraísse nada intencionalmente; mas se cada qual se não esforçasse por contribuir na medida das suas forças para os fins de seus semelhantes, isso seria apenas uma concordância negativa e não positiva com a *humanidade como fim em si mesma*. Pois que se um sujeito é um fim em si mesmo, os seus fins têm de ser quanto possível os *meus*, para aquela idéia

---

<sup>2</sup> „man sie auf Gefühle beruhen läßt und dieser wechselseitigen Mittheilung und Ergebung nicht Grundsätze oder das Gemeinmachen verhütende und die Wechselliebe durch Forderungen der Achtung einschränkende Regeln unterlegt, sie keinen Augenblick vor *Unterbrechungen* sicher ist [...]" (TL VI 471)

poder exercer em mim *toda* a sua eficácia" (1995a: 71; *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten*, IV, 430). Disso resulta a importante consequência de que, se minha vontade é a de fazer o que me ordena o dever moral *por dever*, não apenas estão preenchidas as condições para manter uma "amizade moral" com as pessoas que têm a mesma vontade, mas também tenho a necessidade de fazê-lo, e devo fazê-lo, porque essa comunicação é necessária para o progresso do Esclarecimento e para a deliberação pública (em contrapartida, não compartilho minha maneira de julgar com aqueles que agissem apenas *em conformidade com o dever*, e ainda menos com aqueles que agissem de maneira *contrária ao dever*). A amizade moral não está, portanto, destinada a permanecer restrita e exclusiva, mas a se abrir aos outros, tão logo eles se conformem ao dever, e então o façam por dever.

## Referências

- BARON, Marcia W 2002: Love and Respect in the Doctrine of Virtue. In: Timmons M. (Org.), *Kant's Metaphysics of Morals*. Oxford University Press, p. 391-407.
- FASCHING, Maria 1998: *Zum Begriff der Freundschaft bei Aristoteles und Kant*. Würzburg: Königshausen und Neumann.
- KANT, Immanuel 1968. *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten* (1785), In: *Kants Werke*. Akademie-Textausgabe. Reedição. Berlin: Walter de Gruyter, vol. IV, p. 385-463.
- KANT, Immanuel 1974: *Vorlesungen über Moralphilosophie*, In: *Kants Werke*. Akademie-Textausgabe. Reedição. Berlin: Walter de Gruyter, vol. XXVII.
- KANT, Immanuel 1968. *Metaphysische Anfangsgründe der Tugendlehre* (1798), In: *Kants Werke*. Akademie-Textausgabe. Reedição, Berlin: Walter de Gruyter, vol. VI, pp. 373-493.
- KANT, Immanuel 1968. *Zum ewigen Frieden* (1795), In: *Kants Werke*. Akademie-Textausgabe. Reedição, Berlin: Walter de Gruyter, vol. VIII, pp. 341-386.
- KANT, Immanuel 1968. *Pädagogik*, In: *Kants Werke*. Akademie-Textausgabe. Reedição, Berlin: Walter de Gruyter, vol. IX, p. 437-500.
- KANT, Immanuel 1995a. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70.
- KANT, Immanuel 1995b. *A paz perpétua*. Trad. de Artur Morão. In: *A Paz Perpétua e outros ensaios*. Lisboa: Edições 70, p. 119-171.
- KANT, Immanuel 1999. *Sobre a Pedagogia*. Trad. de Francisco Cock Fontanella. 2. ed. Piracicaba: Ed. Unimep.
- KANT, Immanuel 2003. *A Metafísica dos Costumes*. Trad. de Edson Bini. São Paulo: Edipro.
- KORSGAARD, Christine M. 1996: *Creating the kingdom of ends*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WOOD, Allen W. 1999: *Kant's Ethical Thought*. Cambridge: Cambridge University Press.